



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Relações patriarcais de gênero e raça.

## PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA URBANA EM FAVELAS E PERIFERIAS DO RIO DE JANEIRO

Sandra Monica da Silva Schwarzstein<sup>1</sup>  
Nivia Valença Barros<sup>2</sup>

**Resumo:** As favelas cariocas, impactadas pela violência, são o palco da luta “invisível” de mulheres que buscam paz, justiça e garantia do direito à vida de suas famílias e suas comunidades. Revendo a literatura, refletimos sobre as trajetórias dessas mulheres, de baixa escolaridade, provedoras do sustento e cuidado de suas famílias. Constatamos que, consciente ou inconscientemente, elas recorrem aos aprendizados tradicionais de gênero, como a maternagem e proteção, para sair de suas casas e ocupar as ruas, rompendo com a dicotomia entre o público e o privado e, conseqüentemente com a discriminação entre homens e mulheres.  
**Palavras-chave:** Gênero; violência urbana; favela.

**Abstract:** Impacted by violence, Rio's favelas are the scene of the "invisible" struggle of women seeking peace, justice and guaranteeing the right to life of their families and communities. Reviewing the literature, we reflect on the trajectories of these uneducated women, who are in charge of providing their families with care and support. We investigate how far, consciously or unconsciously, they resort to traditional gendered learning, such as maternity and protection, to leave their homes and take to the streets, breaking with the dichotomy between the public and the private and, consequently, with the discrimination between men and women.  
**Keywords:** Gender; violence; favela.

### 1. INTRODUÇÃO

No mundo inteiro, nos mais diversos contextos de violências, crimes e guerras, são os homens - e não as mulheres - que mais matam e que mais morrem. Os homens não são, contudo, os únicos a sofrerem nestas situações. Estupros, perdas de entes queridos, mutilações, estigmas e doenças físicas e psicológicas impactam também a vida das mulheres que vivem em contextos de violência urbana armada. Obrigadas, na frequente ausência dos homens, a dar conta sozinhas dos cuidados de suas famílias e da provisão da renda necessária à sua sobrevivência, são sempre elas que, em frente aos portões dos presídios,

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <samosi@uol.com.br>

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense.

acompanhadas por suas crianças, fazem fila para visitar filhos, pais e companheiros encarcerados. Direta ou indiretamente envolvidas, as mulheres são sempre “invisibilizadas” nestes cenários violentos.

Na realidade brasileira, mais precisamente a das favelas e bairros populares cariocas, encontramos situações que, pontualmente, se aproximam muito da situação de países em guerra. Sobre essas situações, a pesquisadora Tatiana Moura (2005, p. 77), fala do surgimento de “(...) um novo tipo de conflitualidade violenta (...) que se manifesta em micro-espacos urbanos de países que vivem oficialmente em paz”. Os registros de mortes violentas nos centros urbanos brasileiros ultrapassam frequentemente os de países que vivem conflitos armados.

No Brasil, nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas em situações de violência. De acordo com o Atlas da Violência - 2018, elaborado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>3</sup>, o país registrou um total de 62.517 homicídios, no ano de 2016, número gerador de uma taxa de 30,3 mortes por cada 100 mil habitantes.

Nas grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro, a violência é tanta que chega a repercutir na intensidade e qualidade geral das interações sociais. Limita a movimentação do cidadão, homens e mulheres, dificultando o convívio social e prejudicando significativamente a atividade econômica. Práticas violentas estão presentes em diferentes escalas, tanto na esfera pública quanto privada. Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP)<sup>4</sup> o município do Rio de Janeiro registrou, em 2015, uma taxa de 24,1 homicídios dolosos por 100 mil habitantes, coeficiente que, naquele momento, era equivalente à segunda menor taxa dos 25 anos anteriores. A melhoria constatada naquele ano, não se revelou, contudo, sustentável. Nos dois anos seguintes, a taxa voltou a subir significativamente, alcançando 29,4 em 2016 e 32,5 em 2017

Além disso, como se sabe, taxas universais revelam médias, mas ocultam os extremos. Entre as principais vítimas da violência letal no país, aparecem os jovens pobres e negros das favelas e periferias. De acordo também com o Atlas

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/3/2018> > Acesso em 1 de jun. 2018.

<sup>4</sup> Documento Taxas de letalidade violenta (1991 a 2017). Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>> Acesso em 01 de jun. 2018.

da Violência (IPEA e ISP, 2018), em 2016, foram mortas 33.590 pessoas com idade entre 15 e 29 anos, um crescimento de 7,4% em relação ao ano anterior. Noventa e quatro por cento dessas vítimas eram do sexo masculino e a taxa média de homicídios de homens jovens saltou para 122,6 por grupo de 100 mil habitantes. Como agravante, foram registradas, em 2016 taxa de 40,2 entre pessoas negras e de 16,0 por cem mil, entre pessoas não-negras<sup>5</sup>. Números que conferem dramática visibilidade à brutal desigualdade racial que caracteriza o país.

De modo a contextualizar o presente texto, cabe, antes de mais nada, falar da violência moral, psicológica e simbólica que constitui o pano de fundo característico do recorte espacial por ele priorizado. Ou seja, cabe falar da discriminação social e sócio-territorial que muito impacta os moradores das comunidades mais pobres da cidade, em sua grande maioria constituída por pessoas negras e pardas. No Rio de Janeiro, as representações hegemônicas do que é uma favela consolidam a imagem de um lugar que se caracteriza muito mais pelo que lhe falta, que por aquilo que possui. No imaginário social, favela é lugar sem infraestrutura urbana, sem água, luz, esgoto, coleta de lixo, sem arruamento, sem ordem e sem lei, sem moral e globalmente miserável.

Como agravante, além de se caracterizar no imaginário público por suas carências e precariedades, as favelas se configuram também, na percepção de quem vive “no asfalto”, por tudo aquilo que têm de ameaçador e indesejável: a violência, o crime organizado, a preguiça, o alcoolismo, as drogas, as armas pesadas, a sujeira, a imoralidade, a doença. Esta construção não é de hoje, é histórica e, portanto, consistente e resistente à crítica (SOUZA E SILVA E BARBOSA, 2005).

Nas áreas de favelas da cidade do Rio de Janeiro, caracterizadas pela violência praticada pela polícia, pelos grupos do tráfico e pelas milícias, fomos testemunhas frequentes da “invisível” luta de mulheres, mães e/ou de lideranças comunitárias que lutavam por justiça, por melhores condições de vida para suas

---

<sup>5</sup> De acordo com os dados, as pessoas negras possuem chances 2,5 maiores de serem assassinadas que os brasileiros de outras raças. Os dados deste documento revelam a desigualdade das mortes violentas por raça/cor, que tem aumentado nos últimos dez anos. A taxa de homicídios de pessoas não negras diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra cresceu 23,1%. Em outras palavras, 71,5% das pessoas assassinadas a cada ano no Brasil, são pretas ou pardas.

famílias e pelo desenvolvimento social de suas comunidades. Na maioria dos casos, mulheres com pouca escolaridade, provedoras do sustento e cuidado de suas famílias que, de forma consciente ou não, recorrem a aprendizados tradicionalmente femininos e restritos ao universo privado, como a maternagem e a proteção, e os transformam em táticas<sup>6</sup> de enfrentamento das desigualdades sociais e das mais diferentes formas de violência. Mulheres que, dia após dia, desenvolvem esforços de restabelecimento de uma convivência pacífica e de respeito à vida.

Este trabalho, de forma incipiente, pretende refletir sobre o protagonismo e as táticas de resistência social de mulheres, que moram em territórios vulneráveis na cidade do Rio de Janeiro, tendo como base, uma revisão de literatura sobre gênero e violência que, territorialmente, tem foco na cidade na cidade do Rio de Janeiro.

## **2. A INVISIBILIDADE DA ATUAÇÃO DAS MULHERES EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA**

### **2.1 Gênero, interseccionalidade e violência contra a mulher...**

---

<sup>6</sup> Intencionalmente utilizamos os conceitos “tática” e “estratégia”, de acordo com o sentido que lhes confere o historiador francês Michel De Certeau. Para este autor a “estratégia” e a “tática” atuam como um par de conceitos articulados, de natureza distinta, mas não excludente. A “estratégia” é do campo da racionalidade, implica uma temporalidade estendida, que para ser efetivada define um alvo e seu percurso. A “tática” é diferente da “estratégia” pois acontece num tempo curto e se aproveita do contexto. A “tática” serve para contornar, escapar ou minar uma determinada “estratégia”. A “tática” é a arma dos fracos em reação à “estratégia” dos fortes. Os fortes articulam as “estratégias” e os fracos fazem o aproveitamento tático das mesmas, imprimindo tensão às relações de poder, para dobrar ou desviar uma dada força. A “tática” é do campo da intuição e não da razão. Os fracos se apoiam na “estratégia” que quer burlar para construir a “tática” (ALBUQUERQUE JR, 2011a,b).

Para a pesquisadora Maria Luiza Heilborn (1991), gênero se configura como a distinção entre características culturais atribuídas a cada um dos sexos e a dimensão biológica da pessoa. Entende-se, portanto, que o indivíduo é produto de um conjunto de fatores que estão intrinsecamente vinculados ao processo de aprendizagem cultural e à forma que cada pessoa tem de se relacionar com sua anatomia. Para a autora, com relação a esta construção, estudos antropológicos mostram a existência, nas diferentes culturas, de múltiplas interpretações sobre a condição feminina e sua inserção nos espaços públicos e domésticos<sup>7</sup>. Neste trabalho, a perspectiva de gênero relacionada às mulheres, sujeitos de nossa discussão, está associada diretamente à noção de interseccionalidade. Esta noção se desenvolveu no campo do feminismo negro e se fortaleceu, na década de 1970, à medida que discutiu e incluiu a pluralidade de identidades sociais das mulheres organizadas em torno de sua emancipação. Segundo Helena Hirata (2014), a noção de interseccionalidade lançou uma crítica radical contra o feminismo constituído por mulheres brancas e de classe média, no qual predominava a heteronormatividade. Com base na formulação da feminista negra Kimberle Crenshaw, nos anos 1990, Hirata (2014, p. 63) atualiza este conceito e apresenta a síntese construída por Sirma Bilge (2009, p.70):

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

A visão de gênero quando associada à interseccionalidade ganha amplitude, especialmente por pautar a questão de que ser uma mulher negra ou parda, pobre, jovem, moradora de favela ou periferia, é diferente de ser uma mulher branca, classe média, educação superior, moradora de um bairro nobre

---

<sup>7</sup> O termo “gênero” passou a ser usado a partir da década de 20, no âmbito internacional, por ocasião da tomada de consciência das mulheres de sua condição de “inferioridade”, na sociedade burguesa. Na década de 1970 voltou a ser evidenciado a partir da reflexão trazida pelo movimento feminista.

da cidade. Lembrando que, nos primórdios dos estudos feministas, a categoria de gênero definia às mulheres enquanto grupo social único, sem distinção, tendo como registros iniciais as lutas pela emancipação feminina, baseadas nas experiências das mulheres brancas, dos segmentos médios. Esse tipo de situação, como destacam as pesquisadoras Luciene Medeiros e Rita Freitas (2017), gerou muito descontentamento entre mulheres que não correspondiam a esse modelo, como as mulheres negras, pobres, lésbicas, portadoras de deficiência, com pouca escolaridade e tantas outras. Desse modo, acreditamos que, apesar de serem constituídos por múltiplas identidades sociais coletivas, os diferentes grupos que integram o movimento feminista e as diferentes organizações de mulheres convergem todos para um compromisso com o processo emancipatório e se unem na luta incansável por uma sociedade mais equânime.

Numa perspectiva de gênero, nestes territórios de favela, socialmente vulneráveis marcados por estereótipos e preconceitos – dos quais as instituições do Estado de Direito se ausentam e onde a violência armada se manifesta desde a esfera privada até a esfera pública - as mulheres estão frequentemente submetidas a leis e regras discriminadoras, de cunho patriarcal que, acreditamos, são muitas vezes mais severas, tradicionais e rígidas que aquelas que definem as relações de gênero em outras áreas da cidade e do país.

São nesses territórios segregados, muitas vezes regidos por leis paralelas, construídas de acordo com interesses individuais e masculinos, que são registradas histórias de mulheres que se envolvem em novos relacionamentos amorosos enquanto seus companheiros estão cumprindo penas de prisão e por conta disso são surradas, arrastadas pelos becos de favelas, têm seus cabelos raspados, são separadas de seus filhos e submetidas a sessões de torturas previstas por uma espécie de “Código Penal” dos traficantes do Rio de Janeiro, que prevê esse tipo de punição para mulheres que abandonam o marido na cadeia<sup>8</sup>. Ou histórias de mulheres que, acusadas por

---

<sup>8</sup> Cabeças marcadas pelo tráfico: “código penal” de algumas favelas cariocas castiga mulheres raspando seus cabelos. Blog Violência e Gênero. <http://atualidadesdodireito.com.br/violenciadegenero/2012/08/05/cabecas-marcadas-pelo-trafico-codigo-penal-de-algumas-favelas-cariocas-castiga-mulheres-raspando-seus-cabelos/> acessado em 15/01/2013.

traficantes de serem colaboradoras da polícia, são submetidas a punições semelhantes<sup>9</sup>.

Como agravante deste quadro, prevalece a violência doméstica, distribuída de modo homogêneo por todos os extratos sociais. Trata-se de uma vertente da violência que não poupa as comunidades mais pobres. Na ausência de dados específicos sobre esta modalidade de violência nas favelas, vale a referência ao Dossiê da Mulher 2017, realizado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que, a partir dos registros policiais, constatou que, no ano de 2016, um total de 396 mulheres foram vítimas de homicídio no estado, ou seja, em média, um assassinato de mulher por dia. Esse mesmo dossiê revelou que mulheres negras e pardas juntas constituíam 63,7% das vítimas de violência letal, revelando assim os efeitos da interseccionalidade (gênero e raça) sobre este fenômeno social. Os dados constataram que a “doçura do lar” tem sido barbaramente amarga e abusiva. Mais de 60% dos estupros e dos crimes de lesão corporal dolosa contra as mulheres foram perpetrados em suas próprias casas. Assim como, mais de um terço dos assassinatos e 40% das tentativas de assassinatos de mulheres.

## **2.2. A invisibilidade da atuação das mulheres em contextos de violência internacional**

Em suas análises, Tatiana Moura e Rita Santos (2008, p. 2) e Nora Holzmann (2008) contestam análises estereotipadas e hegemônicas dos papéis de homens e mulheres em situações de guerras, de convulsão social e política. As autoras falam do silêncio que paira sobre a atuação das mulheres em situações de conflito bélico e também do não reconhecimento de sua atuação nas esferas políticas da pacificação. Destacam análises feministas que partem

---

<sup>9</sup> Relatos de mulheres que foram sequestradas em plena luz do dia por um grupo de traficantes fortemente armados que as torturou e as castigou baleando suas mãos. São casos não tão esporádicos que tornam a vida nestas localidades ainda mais difícil. Matéria veiculada no Jornal da Band no dia 20/09/2011. <http://www.youtube.com/watch?v=ueuYUyd0NKK>, acessado em 15/01/2012.

da crítica da designação de papéis sociais sexistas que subalternizam as mulheres e, desta forma, contribuem para a consolidação e perenização da cultura de violência.

Para ilustrar este pensamento, com respeito ao desempenho das mulheres nas trincheiras e frentes de batalha, vale lembrar, uma realidade invisibilizada e que levou mais de 70 anos, para que se reconhecesse o papel e importância das jovens mulheres da antiga União Soviética nas diversas frentes de resistência contra a Alemanha nazista, entre elas, na batalha de Stalingrado, durante a segunda Guerra Mundial. Tal reconhecimento veio através de Svetlana Aleksievitch (2016), prêmio Nobel de Literatura, que traz as histórias e os depoimentos de mulheres que, por iniciativa própria e imbuídas de grande patriotismo - contrariando muitas vezes as decisões da cúpula das forças armadas - se uniram ao exército vermelho assumindo todo tipo de funções tradicionalmente reservadas aos homens, tornando-se exímias atiradoras de elite, sapadoras, pilotos de aeronaves e soldadas no pelotão dos tanques.

Confirma-se, a ambiguidade de visões estereotipadas, identificadas por Moura e Santos (2008, p. 2), que vinculam as mulheres à paz, mas não à paz na esfera pública internacional, mas sim “paz informal e cotidiana”, ficando a guerra entre as nações, as grandes convulsões sociais e guerras civis, assim como a paz formal vinculada ao campo de atividades masculinas. Consideramos que estas omissões e distorções consolidam construções de identidade e relações tradicionais de poder, que apresentam os homens como agentes ativos da violência e as mulheres como personagens secundárias passivas, vocacionadas, tanto nas guerras quanto nos conflitos locais, para funções tradicionalmente femininas como as vinculadas ao cuidado.

Estas autoras sublinham a importância das identidades sexuais na análise dos fenômenos ligados à violência. Para elas, há que se considerar que a construção desses papéis sociais diferenciados em função do sexo, estão alicerçados numa estrutura de poder patriarcal, referência central para o entendimento das ações humanas, tanto no âmbito público, quanto privado (espaço doméstico). Tudo isso influencia nossas práticas cotidianas, conferindo papéis sociais em razão do pertencimento a um ou outro sexo, constituindo uma hierarquia entre os mesmos, consolidando e naturalizando relações de poder,

tanto em cenários de violência quanto de paz (REARDON, 1985, apud MOURA e SANTOS, 2008). Ao mesmo tempo, essas representações sexuais dominantes servem à legitimação de “atos de violência privada” e de violência organizada, muitas vezes justificadas por estereótipos como o da programação genética da mulher para a paz, o da nobreza da guerra e o da pertinência da utilização da violência para a resolução de conflitos e garantia de segurança.

Como contraponto internacional a esta construção, há que se reconhecer a pluralidade das ações e experiências das mulheres em contextos de extrema violência e guerra e as trajetórias históricas de atuação coletiva no enfrentamento a violência, em favor da paz. Moura e Santos (2008) citam as iniciativas criadas por mulheres, a exemplo da Liga Internacional das Mulheres pela Paz e Liberdade, no fim da I Grande Guerra Mundial; da Rede Internacional de Mulheres de Negro e do acampamento de mulheres pela Paz de Greenham Common, todas elas a serviço da promoção dos direitos humanos e da justiça. Na América Latina, cabe registrar movimentos semelhantes, de mães de desaparecidos, surgidos nos contextos de ditaduras militares e de perseguição política, a exemplo das Mães da Praça de Maio, na Argentina e de iniciativas semelhantes no Chile, em El Salvador e na Nicarágua.

Uma importante característica dessas organizações e movimentos de mulheres é a da politização do domínio privado. Percebe-se, nelas, o recurso a papéis domésticos milenarmente atribuídos à mulher, implícitos aos papéis de mãe e de esposa que, conscientemente ou não, são projetados na esfera pública, como tática de enfrentamento. Apesar das críticas dos movimentos feministas da América do Norte e da Europa para os quais essas estratégias perpetuam a divisão sexual dos papéis sociais tradicionais, autores como Radcliffe e Westwood (1993) citados por Moura e Santos (2008) defendem que este recurso pode servir como “tática” para entrada no espaço público, conferindo legitimidade e proteção a suas protagonistas. Em lugar de desconsiderar a maternidade como referência da construção da feminilidade, esta perspectiva feminina da maternagem cria “um papel político para a maternidade” (HOWE, 2006, apud MOURA e SANTOS, 2008, p. 7). Ao romper com os limites do espaço da casa, estas mulheres resignificam os sentidos de “maternagem e cuidado”, contrariando visões segundo as quais as mulheres que

atuam nos espaços públicos, político e empresarial, reproduzem, em grande medida, posturas e atitudes atribuídas ao universo masculino, como, por exemplo: autoritarismo, competitividade, rigidez.

Por outro lado, aparece como merecedora de discussão também a ideia de que, mesmo sem ter por objetivo central e explícito a luta pela equidade de direitos entre os sexos, essas ressignificações de sentido, podem resultar em ganhos de autoestima e de consciência das mulheres a respeito de seus direitos. Entende-se que, nestes contextos de atuação coletiva, muitas vezes na luta pela satisfação de necessidades básicas e urgentes, as experiências de muitas mulheres podem contribuir para uma percepção mais apurada dos processos de sujeição, para o redimensionamento das aspirações do próprio grupo e para a obtenção de apoios de outros movimentos e grupos sociais (sindicatos, partidos políticos e outros). Ao trazer para o cenário político as questões privadas, muitas vezes as mulheres conseguem rever o seu papel doméstico e ampliar seus horizontes de luta para além da casa e da comunidade, consagrando um uso alternativo da maternidade, para além de uma visão de caráter essencialista<sup>10</sup> (MOURA, 2005, p.92).

### **2.3. Experiências de protagonismo das mulheres das classes populares no Rio de Janeiro**

No Rio de Janeiro, é crescente, desde a virada do século XIX para o XX, a proliferação de favelas que, aos poucos, foram se entranhando de modo aparentemente irreversível no tecido urbano. Segundo um estudo do Instituto Pereira Passos de 2012, baseado em dados do Censo do IBGE de 2010, a

---

<sup>10</sup> Segundo Manuel Castells (1999) o feminismo de caráter essencialista, enfatiza as distinções biológicas e históricas das mulheres em relação aos homens e resgatam antigas ideias da superioridade cultural e moral feminina, como modo de vida. Para seus teóricos, somente através do processo de reconstrução de suas identidades, sustentadas por suas particularidades (biológica e cultural) as mulheres conseguirão tornarem-se elas mesmas. O feminismo essencialista tem recebido críticas do próprio movimento feminista, quando questiona que, politicamente, foram exatamente as distinções essenciais entre homens e mulheres que referendaram os valores tradicionais do patriarcado e justificaram o confinamento das mulheres aos espaços domésticos.

cidade do Rio de Janeiro conta com o maior número de pessoas morando em “aglomerados subnormais” do país. No total, vivem nas favelas cariocas 1.443.773 pessoas, equivalentes a 23% dos 6.320.446 habitantes da cidade. Não apenas por conta dessa expansão, mas também em função significado social, cultural e político que lhe é próprio, sua presença marcante na paisagem urbana reafirma a necessidade de aprofundar o conhecimento que temos sobre sua gênese, sua realidade e seus múltiplos sentidos. Além de sua imersão em conflitos e contradições e de sua complexidade social e urbanística, reafirma-se o pensamento de Souza e Silva e Jorge Barbosa (2005) para quem as favelas são partes constituintes da cidade, de sua história e de suas dinâmicas.

### 2.3.1. Movimentos sociais de mães, sua luta e a política pública

De forma crescente no país, um modelo de política pública vem se estabelecendo com foco estratégico nas mulheres, identificadas como beneficiárias e mediadoras preferenciais de programas de combate à pobreza, segundo Bila Sorj e Carla Gomes (2011). Uma tendência se faz notar de reconhecê-las como agentes locais de programas governamentais direcionados aos segmentos mais pobres da sociedade, a exemplo do que fez o Programa Mulheres da Paz (MP), do Ministério da Justiça, implementado no Rio de Janeiro pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, nos anos de 2011 e 2012.

O programa MP atuou em treze municípios fluminenses e na cidade do Rio de Janeiro em seis localidades denominadas de “territórios vulneráveis”, com a meta de prevenir o acesso de jovens à criminalidade<sup>11</sup>. A formatação do programa MP estadual privilegiou a formação da cidadania de jovens expostos à violência doméstica e/ou urbana, ofertando ações de fortalecimento da autoestima e da não-violência em suas comunidades. (MINISTÉRIO DA

---

<sup>11</sup> O programa MP divulgou edital para seleção de 2.550 mulheres em 18 territórios fluminenses, com altas taxas de violência e criminalidade. Grande parte das candidatas já militava como liderança comunitária, indicada por associações de moradores e igrejas.

JUSTIÇA DO BRASIL, 2007). As Mulheres da Paz eram responsáveis pela identificação, encaminhamento e orientação destes jovens.

O Programa expressou um tenso convívio entre distintas narrativas e práticas que por um lado mobilizaram noções consideradas “maternais”, atribuídas ao universo feminino, e por outro serviram ao fortalecimento do potencial protagonista das mulheres, oscilando entre diversas concepções de gênero (HOLZMANN, 2008), colocadas à serviço da política social e dos novos conceitos de “cidadania ativa”<sup>12</sup>. Fortaleceu-se, assim, a ideia de valorização da família, como base para a construção de redes de segurança para os jovens atendidos (SORJ e GOMES, 2011).

No contexto mais amplo, há que se considerar que os programas sociais que têm priorizado a transferência de recursos financeiros às mulheres têm sido avaliados como mais efetivos para o desenvolvimento em geral. Esta avaliação positiva advém de uma visão que articula mulher, maternagem e cuidado, sendo estas características femininas tradicionais identificadas como “capital social” a serviço desses programas<sup>13</sup>.

Independente do resultado alcançado pelo programa MP, gostaríamos de analisar o processo que culminou na sua elaboração. Este processo, foi inspirado, entre outros, na luta da organização conhecida como “Mães de Acari”, formada por mulheres cujos filhos desapareceram na década de 1990, sendo seu desaparecimento por elas visto como de responsabilidade da polícia do Rio de Janeiro. Para as pesquisadoras Jurema Brites e Cláudia Fonseca (2013) trata-se de mulheres transformaram o seu sofrimento em luta política, de pressão pela responsabilização de culpados e por medidas legislativas. A formulação deste programa foi resultado das reivindicações do movimento social de mães de vítimas de violência, levados ao Governo Federal, no período entre 2007 e 2009. Estas mulheres acreditaram na possibilidade de transformar suas preocupações em um novo diálogo e gerar outras alternativas.

---

<sup>12</sup> Segundo as autoras, o conceito considera a necessidade de investir nos sujeitos como indivíduos, na valorização da sua autonomia e do autodesenvolvimento (empoderamento).

<sup>13</sup> Chamamos à atenção para a necessidade de uma visão crítica dos diferentes discursos sobre a valorização das mulheres nas políticas sociais contemporâneas, destacando que esses discursos, se baseiam numa visão de gênero específica, ao mesmo tempo que propõe a ideia do empoderamento e do protagonismo feminino, se apropriam informalmente do potencial das mulheres, precarizando as condições de trabalho das mesmas.

Para estas duas autoras, os gestores reconheceram a importância dos argumentos feministas quanto ao risco de reproduzirem os papéis estereotipados de gênero, sem deixarem de levar em consideração a luta do movimento das mães. Para imprimir um caráter mais político ao programa, optaram pela substituição do nome de “Mães da Paz” para “Mulheres da Paz”. Para estas mulheres, dor e direitos eram duas faces de uma mesma moeda. Ao apresentar as suas propostas ao poder público, elas demonstraram ser, simultaneamente, boas mães e cidadãs ativas. Para Nora Holzmann (2008) a articulação entre maternagem e protagonismo político baseada nas experiências dos movimentos de mães ajudou a confirmar a visão que associa os cuidados maternos à não-violência, percebendo-se as mulheres como aptas para cuidar e mediar conflitos.

Para muitas mulheres participantes do programa MP, a motivação pessoal se associou às funções institucionais que lhes foram conferidas por agentes externos (governos e comunidade). A missão de cuidar dos outros se tornou mais reconhecida, ao mesmo tempo em que se ampliaram as chances de valorização individual na comunidade. Ganhos subjetivos de “respeito”, “consideração” e “liderança” junto as pessoas próximas e poderes locais são muito valorizados.

A pesquisadora Rita Freitas (2002) também pesquisou a luta das “Mães de Acari”, no Rio de Janeiro. Seu estudo ajuda a pensar a dura e imutável realidade das mães que perderam os filhos. Freitas (2002) enfatiza a imagem das “mães em luta”, definindo-a como uma categoria nova associada ao imaginário materno. Numa conjuntura de violência urbana, a imagem da “mãe sofredora” é intensamente apresentada por estas mulheres, simbolicamente como uma tática de mobilização social. Estas mulheres enfrentam obstáculos cotidianos que envolvem questões de gênero e de classe social e rompem a invisibilidade. A mídia as mostra como “mães que lutam contra a impunidade”, “mães em guerra contra crimes sem castigo”, “mães que investigam”.

Ao entrar no espaço das casas destas mulheres, a crescente violência transformou os papéis tradicionais de gênero e as levou às ruas. Este estudo traz à luz um novo papel produzido a partir da maternidade, pois é a mesma maternidade que as mantinha no espaço doméstico que as faz sair às ruas.

### 2.3.2. Mulheres sobrevivendo com a presença do crime violento

Outro estudo, de Márcia Leite (2008), revela as condições de atuação das mulheres no espaço público local da favela, dando ênfase às mães que gozam de respeito na mediação de conflitos em suas comunidades. Oferece uma compreensão das formas que estas mulheres desenvolvem para sobreviver com a presença próxima do crime violento, perpetrado por grupo de traficantes, em suas rotinas cotidianas.

Para a autora, as mulheres que são mães estão no centro destas formas. Assim como as lideranças comunitárias e religiosas<sup>14</sup>, mulheres que são mães, também podem ocupar posições sociais diferenciadas, baseadas em relações de parentesco e no respeito a elas dedicado. É o “respeito que se tem pelas mães” que assegura a estas mulheres a possibilidade de conversar (“desenrolar”) com os traficantes, na maioria das vezes, em situações que requerem proteção física e moral para um familiar. Ao nosso ver, isso vale, sobretudo, para as mães mais velhas. Para esta autora, ocorre também que, na ausência ou impedimento das mães, elas venham a ser substituídas por outra mulher, mas sempre alguma que tenha uma função central na família. Na maioria das vezes, são as filhas mais velhas, por iniciativa própria ou solicitação de parentes e amigos. Esta condição materna, lhes confere condições de argumentar na tentativa de impedir que a violência envolva a si, os familiares e as pessoas mais próximas.

---

<sup>14</sup> Esta pesquisa produziu também evidências de que o engajamento religioso pode permitir aos moradores uma redução de sua submissão aos traficantes e da reorganização de seus cotidianos. A “conversão religiosa” pode ser também entendida como uma possibilidade que estes moradores têm de explicitarem seu processo constante de distanciamento dos traficantes e de não reproduzirem valores morais condizentes com estes últimos. Contudo, a autora faz ver, que mesmo estabelecendo-se como fortes instrumentos de percepção das opressões, as redes religiosas não conseguem romper com as ameaças que impõem o silêncio tanto aos moradores de forma geral, quanto aos religiosos, mesmo àqueles que estão engajados nas organizações e movimentos sociais locais (LEITE, 2008).

Para Leite (2008), contudo, nem sempre as tentativas de proteção alcançam êxito. A autora faz ver que o comportamento do comando do crime violento nestas localidades é quase sempre incerto, dependendo de suas particularidades individuais próprias e de seus humores. Apesar disso, mesmo com restrições, as mães conseguem desenvolver uma certa hierarquia moral que preserva importância e lhes dá uma condição diferenciada na interação com os criminosos. Leite (2008) reitera que esta posição das mães não lhes garante completa “blindagem” moral, mas reforça que a força dos vínculos interpessoais, em especial, entre os segmentos populares, conferem às mães um recurso potente para lidar com as situações de perigo.

Também a pesquisa de Nilza Nunes (2015, p. 20) confirma o protagonismo de mulheres moradoras destes territórios de segregação sócio-espacial. Partindo das relações cotidianas de poder, Nunes (2015) analisa as “histórias de vida” de quinze lideranças femininas formais e informais da cidade do Rio de Janeiro e desenvolve o conceito de “mulher de favela”. Com base na sua investigação a autora afirma que “(...) o constructo teórico ‘mulher de favela’ tem como referência um sujeito político, histórico, expresso no singular, mas que é coletivo por natureza”. A autora defende, que, além do mais, O constructo de “mulher de favela” não se refere a todas as mulheres que vivem nestes territórios. Em seus relatos estas mulheres falam de uma outra maneira do “fazer” uma prática política, que transforma suas preocupações imediatas em possibilidades e as articula em ação. Esta atuação ao mesmo tempo em que proporciona mudanças sociais em suas comunidades, transforma suas protagonistas. São mulheres como outras tantas mulheres que habitam favelas e periferias do Rio de Janeiro, do país e do mundo, e atuam para dar conta das necessidades mais urgentes, em territórios nos quais as políticas sociais são precárias.

### **3. CONCLUSÃO**

No tocante à violência urbana e armada no Brasil, ainda são poucos os estudos e políticas públicas que levam em conta a questão de gênero. Em sua maioria, por considerar que a grande maioria de vítimas e autores de violência são os homens, esses estudos e políticas tendem a focar na questão das masculinidades. No que nos diz respeito, sabendo que, demograficamente, as mulheres constituem a metade da população, acreditamos, como Holzmann (2008), que as elas deveriam ser ouvidas quando se trata de construir soluções. Ao nosso ver, de forma geral, as mulheres que atuam no enfrentamento de situações de violência, a partir de papéis tradicionais de gênero, também estão se contrapondo à sujeição feminina. De forma consciente ou não, também estão comprometidas com a defesa dos interesses de gênero.

Contra as mais diversas formas de violência e barbárie, os movimentos sociais constituídos por mães, no Brasil e outros países, fundamentam suas reivindicações por justiça, paz e, sobretudo, pelo direito à vida, de suas famílias e comunidades. Mesmo que estas mulheres reproduzam papéis tradicionais de gênero quando saem de suas casas para ocupar às ruas, elas também estão rompendo com a dicotomia entre o público e privado, que alicerça a discriminação entre homens e mulheres.

Nos contextos de violência urbana, as mulheres de favelas são duramente afetadas. Até porque os papéis de gênero tradicionais fazem com se sintam mais responsáveis pelo bem-estar de suas famílias e muitas vezes de suas comunidades. Para Holzmann (2008), os riscos e os efeitos da violência urbana e o descompromisso dos governos sobrecarrega ainda mais estas mulheres, obrigadas a gerenciar maior carga de esforços físicos e emocionais todos os dias. Assim, as experiências de mulheres reconhecidas como lideranças ou como pessoas respeitadas pela comunidade vêm ganhando importância nos mais variados espaços. Suas ações devem ser compreendidas em suas múltiplas dimensões e levar em consideração a forma pela qual se relacionam com os movimentos comunitários locais e os movimentos sociais, em especial com os movimentos de mulheres. No contexto das favelas, essas experiências são imprescindíveis para as políticas públicas e para a ação dos órgãos governamentais ou não-governamentais de assistência social, saúde, educação, segurança e outros.

## REFERÊNCIAS

IPEA; FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência**. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/3/2018>> Acesso em 18 de jun. 2018.

ALBUQUERQUE JR.; Durval Muniz de. **Michel de Certeau**: história, cotidiano e linguagem. PET/ Universidade Federal de Campina Grande, no período de 24 e 26 de setembro de 2011a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2SXmcTMcDnk> (parte1). Acesso em: 22 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Michel de Certeau**: história, cotidiano e linguagem. PET/ Universidade Federal de Campina Grande, no período de 24 e 26 de setembro de 2011b. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=z8xv\\_oY9Zo4](https://www.youtube.com/watch?v=z8xv_oY9Zo4) (parte 4). Acesso em: 30 abr. 2015.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/plano-juventude-viva-no-seu-municipio/justica/b-mulheres-da-paz> >. Acesso em: 09 set. 2013.

BRITES, Jurema Brites; FONSECA Claudia. As metamorfoses de um movimento social: mães de vítimas de violência no Brasil. **Análise Social**, 209, xlviii (4.o), , p. 858-877, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

PINTO, Andréia Soares; MORAES, Orlinda Cláudia R.; MANSO, Flávia Vastano. (Orgs.) **Dossiê mulher 2017**. Instituto de Segurança Pública (ISP – RJ), Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/Sitelsp/DossieMulher2017.pdf>> Acesso em 03 de jun. de 2017.

FREITAS, Rita de C. S. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade -algumas reflexões a partir do caso de Acari. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.71, p. 80-99, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: IBAM. **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro, 1991. p. 23-37.

HIRATA, Helena. Gênero, classe social e raça. **Tempo Social**, São Paulo: revista de sociologia da USP, v. 26, n.1, 2014, p. 61-73.

HOLZMANN, Nora. Missing men, waking women: a gender perspective on organised armed violence in Brazil. In: INTERNATIONAL YEARBOOK OF REGIONAL HUMAN RIGHTS MASTER'S PROGRAMMES, 2006. Cape Town: ABC Press, 2008, p. 19-100. Disponível em <<http://www.chr.up.ac.za/index.php/masters-ilm-publications.html>>. Acesso em 10 jun. 2011.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. **Taxas de letalidade violenta (1991 a 2017)**. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>> Acesso em: 01 de jun.2018.

MEDEIROS, Luciene; FREITAS, Rita C. S. Por onde caminhamos até chegar aqui. **O Serviço Social em Questão**, v. 1, n. 38, 2017, p. 9-20.

LEITE, Márcia Pereira. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, Luiz, A. (Org.). **Vida sob o cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 115-141.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo de 2010**. Instituto Municipal Pereira Passos. Orgs. CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana. Maio de 2012. (Coleção Estudos Cariocas. Nº 2012501). ISSN 1984-7203. Disponível em: [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190\\_Favelasnacida\\_dedoRiodeJaneiro\\_Censo\\_2010.PDF](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_Favelasnacida_dedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF)> . Acesso em: 01 de jun. 2017.

MOURA, Tatiana. Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Estudos para a Paz. 2005, p. 77-96.

MOURA, Tatiana; SANTOS, Rita. **Transformar o luto em luta: sobreviventes da violência armada**. Centro de Estudos Sociais. Núcleo de Estudos para a Paz/CES-FEUC, Faculdade de Economia de Coimbra. Oficina nº 307, 2008, p. 1-30.

NUNES, Nilza R. de A. **Mulher de favela**: a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Escola de Serviço Social da Pontifícia Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. A favela na cidade: mais presente e mais distante. In.: FAVELA: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro. Editora SENAC Rio: [X] Brasil, 2005, p. 24 a 55.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da “nova cidadania”: o programa mulheres da paz. **Revista Sociologia&Antropologia**, Rio de Janeiro: PPGSA/UFRJ, v. 1, n. 02, 2011, p. 147- 165.